

O tombamento de Brasília

25 JAN 1987

A tese de que Brasília deve ser preservada, como bem cultural contemporâneo, vai ganhando espaço. Até o presente a Unesco só vinha estendendo seu manto protetor, mediante tombamento, sobre preciosidades culturais e naturais já consagradas pela opinião pública mundial, através dos tempos.

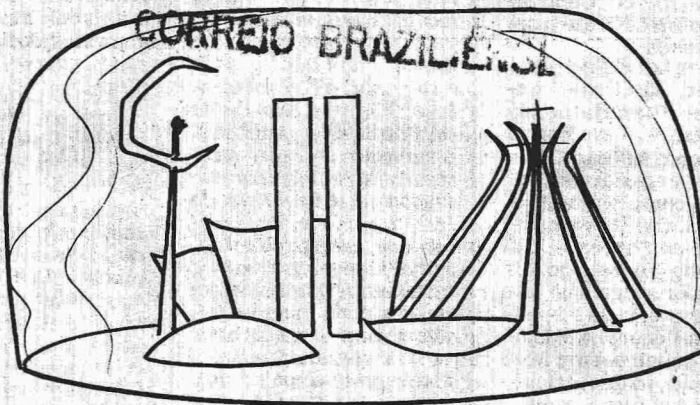
Deve-se perguntar, antes de tudo, qual a razão e qual a finalidade dessa providência. Trata-se evidentemente de conservar obras que a natureza ou o gênio do homem tornaram merecedoras de permanência no estado em que se encontram. Elas servem a um duplo propósito: de lazer, como objetivo de fruição estética, e científico, como testemunho histórico.

Temos de reconhecer que a entidade internacional não dispõe de meios efetivos para assegurar o cumprimento de suas determinações. Até no interior de um país o desrespeito a normas de tombamento de bens se verifica com frequência, e o exemplo mais recente são os atentados à ecologia e aos monumentos históricos de Porto Seguro. Mas é claro que o tombamento tem um valor moral inibitivo, tanto maior na medida do progresso educacional da população.

Foi a partir dessas reflexões, certamente, que o governador José Aparecido de Oliveira, já em fins de 1985, encontrando-se em viagem à Europa, aproveitou o ensejo para levantar, perante o diretor-executivo da Unesco, Amadou M'Bow, a questão do tombamento de Brasília, isto é, de sua inclusão entre os bens que constituem o patrimônio cultural da humanidade, oficialmente reconhecido como tal.

A preocupação não é gratuita ou fruto de especulações sobre o futuro da cidade-monumento.

OSVALDO PERALVA



Resulta de uma sombria realidade. Nas duas décadas em que a cidade serviu de sede ao poder militar, várias deturpações se produziram aqui, por ignorância, negligência e outros comportamentos negativos dos dirigentes de então. Palácios como o do Ministério da Justiça e o do Itamarati, por exemplo, foram alvo de distorções. E a Praça dos Três Poderes, sem dúvida o mais belo conjunto arquitetônico do mundo moderno, sofreu a introdução de um corpo estranho, que é o enorme mastro mandado erguer por um governador demasiado sôfrego em ordenhar os donos do poder maior.

A verdade é que a nova capital do Brasil foi construída com múltiplos objetivos, entre os quais o de ser uma urbe moderna, obra de arte de vanguarda, capaz de refletir na monumentalidade e na expressão estética a própria pujança da nação brasileira em seu luminoso futuro.

Foi isso, com palavras semelhantes, que Juscelino Kubitschek disse a Oscar Niemeyer,

no dia em que foi buscá-lo em sua residência, no Rio, e com ele desceu de automóvel para o centro, ao visualizar a construção de Brasília. E foi por isso que reuniu em torno do empreendimento os nomes mais em evidência nas diversas esferas artísticas: o urbanista Lúcio Costa, o paisagista Burle Marx, os escultores Bruno Giorgi e Ceschiatti, pintores, vidralistas, como Athos Bulcão, Marianne Peretti e outros, além do próprio Niemeyer, construtor dos palácios, da Catedral e tantos edifícios que atestam, perante o mundo, o talento, a imaginação e o arrojo da arquitetura, do urbanismo e das artes visuais brasileiras.

Quando o governador Aparecido se lançou a essa campanha, tinha, pois, boas razões. Sua tese, justa, porém ousada, não avançaria sem tropeços. Revolveria todo o conceito de bens a serem tombados. Contudo, os esforços começam a frutificar. Dias atrás, o ministro do Exterior, Abreu Sodré, comunicou-lhe que a delegação brasileira junto à Unesco, mu-

nida de documentação elaborada pelo Ministério da Cultura, em coordenação com o governo do Distrito Federal, havia obtido a inscrição de Brasília na lista dos bens a serem examinados pelos órgãos competentes da Unesco, tendo em vista seu tombamento.

Esse exame será feito em junho deste ano, por assim dizer, em primeira instância. Até o fim de 1987 é possível que a questão seja resolvida. A solução, obviamente, pode ser positiva ou negativa. Se positiva, tudo bem. Foguetes, palmas, vivas a JK. Se negativa, terá sido perdida uma batalha, não a guerra.

Acontece que o governador José Aparecido, que convocou os artistas-construtores de Brasília para retificá-la, eliminando as distorções ocorridas nos anos do *ancien régime*, e que conta hoje com a cooperação sobretudo de Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx para recolocar a cidade nas linhas do plano original, não se resignará em deixá-la à mercê da possível negligência de outros governantes que o sucedam no palácio do Buriti.

Dai a tenacidade com que procura dar amplitude internacional a essa campanha; agora mesmo, na reunião de que participou em Nova Iorque, como membro da Associação Mundial das Grandes Metrôpoles, defendeu a tese do tombamento de Brasília (ou das partes essenciais da cidade), na sessão inaugural desse encontro. No dia seguinte, teve entrevista de quase uma hora com o prefeito nova-iorquino, Edward Koch, com quem também tratou do assunto, obtendo seu apoio.

Desejaria esclarecer que estou longe de ser um candango, um pioneiro ou algo assim. Sou um servidor em trânsito. Mas acho justa a campanha. Ofereço-lhe meu modesto apoio.